

Que conseguiram ser incluídos em universidades do estado de São Paulo. No Sisu, foram 13.265 vagas ofertadas; o Prouni teve 122.554 bolsas ofertadas; o Fies, mais 1.805 vagas ofertadas. Pode passar, próximo. Isso foi de 2023.

E agora são as ações para o ano de 2024. No Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, o Novo Pac, são 120 obras que estavam paralisadas, inacabadas. Nós já tivemos, agora, 69 manifestações de preferitos pela retomada das obras no estado de São Paulo.

Temos uma previsão de pelo menos 90,6 milhões até 2026, para concluir essas obras paradas, que principalmente são obras do Governo Temer e Bolsonaro, das quais os prefeitos não conseguiram fazer a conclusão nos anos anteriores.

Da educação básica, são 118 novas obras em São Paulo, 76 creches e pré-escolas, totalizando 280 milhões de reais; 42 escolas em tempo integral, 483 milhões; 15 ônibus escolares, mais 7,5 milhões; estimativa de quase 1.771.000 para essas obras paradas, para 2024. Para as unidades hospitalares e universitárias, temos aqui: para o Hospital Universitário de São Carlos, mais 24,1 milhões; da Unifesp, 157 milhões; institutos federais, a ideia é aplicar mais 12 novas unidades em São Paulo. A ideia aqui é ter 300 milhões aplicados nos institutos federais, totalizando 16,8 mil novas vagas. Aqui tem refeitório, ginásio, biblioteca, salas de aula, equipamento, num total de 1,3 bilhões de investimento no estado de São Paulo.

E, para concluir, tem aqui a questão do Pé-de-Meia, que eu já falei aqui na minha fala no Pequeno Expediente. Estamos falando de 319 mil estudantes, que é a expectativa, e 918 milhões, quase um bilhão de reais que o governo federal está investindo no estado de São Paulo com o Pé-de-Meia. Nobre deputado Eduardo Suplicy, hoje o governador se recusou e não participou do lançamento do Pé-de-Meia no estado de São Paulo; o secretário de Educação não participou desse programa tão importante, que vai incluir e gerar mais um bilhão de reais para os alunos do ensino médio no estado de São Paulo.

E demonstra mais uma vez que o governador Tarcísio não tem uma preocupação com a Educação, o secretário não tem uma preocupação com a Educação. Estamos investindo muito, já no primeiro ano de Governo, e vamos investir muito mais, ainda em 2024.

Aqui é uma prestação de contas dos investimentos feitos pelo governo federal no estado de São Paulo. E eu desafio os deputados da base do Governo a apresentarem o que foi feito de investimento da Educação do Governo do Estado de São Paulo nos municípios do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Na seqüência, deputada Beth Sahlão. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, tem V. Exa. o tempo regimental de dez minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Simão Pedro, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia.

Sr. Presidente, quero fazer aqui uma gravíssima denúncia contra a Prefeitura de São Paulo, contra essa gestão do Ricardo Nunes, sobretudo contra a Secretaria Municipal de Educação.

Nós tivemos acesso, Sr. Presidente, a um documento da Fundação Roberto Marinho, que está sendo debatido na Secretaria Municipal de Educação, que se chama “Plataforma EJA Digital”. EJA é a Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais.

Esse documento, Sr. Presidente, trata de implantar, através dessa fundação, a plataforma na área da Educação de Jovens e Adultos, ou seja, a educação a distância. É o seguinte: “desenvolvimento e distribuição da EJA Digital - Anos Finais, para complementar a oferta de Educação de Jovens e Adultos na cidade de São Paulo.

O modelo também possibilita o atendimento de estudantes autônomo em preparação para o Encejeja”, que é esse Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

Sr. Presidente, o que significa, na prática, isso? Significa que o governo municipal, a gestão Ricardo Nunes, vai continuar sabotando o ensino presencial. Vai continuar impedindo, o máximo possível, a abertura de novas salas do ensino presencial. Isso já vem acontecendo há um bom tempo.

Esse comportamento perverso e cruel da gestão Ricardo Nunes vem se intensificando nos últimos anos aqui na nossa cidade. Impede que milhares de jovens e adultos possam ter acesso ao ensino presencial, a essa modalidade de EJA.

Então o próprio documento diz o seguinte. Que na cidade de São Paulo existem aproximadamente 1 milhão e 800 mil pessoas, acima de 20 anos, que não concluíram o ensino fundamental. Olha só a gravidade da situação.

A Prefeitura, ao invés de fazer um esforço concentrado, abrindo salas em toda a cidade de São Paulo, nas nossas escolas de ensino fundamental, ela vai na direção contrária.

Fechando salas, impedindo a abertura de novas salas, dificultando a abertura de novas salas, em várias regiões, em várias diretorias de ensino. Eu mesmo já realizei várias audiências públicas aqui na Assembleia Legislativa, com estudantes e professores dessas escolas.

O vereador Celso Giannazi, na Câmara Municipal, também já realizou várias e várias audiências. Inclusive ele tem lá Conselhos da EJA, no seu mandato, que trata exatamente desse tema, e faz exaustivamente essa denúncia, acionando o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas contra o fechamento dessas salas, do período noturno, das escolas municipais.

Agora essa proposta está sendo debatida dentro da Secretaria da Educação. Estou aqui com o programa. E vai custar caro a implantação dessa plataforma, mais a formação dos professores. Tenho aqui o valor, Sr. Presidente. O total é de 1 milhão e 451 mil 250 reais, mais a formação de educadores, que custa 416 mil 607 reais.

Então quase 2 milhões de reais vai custar essa plataforma para a Prefeitura de São Paulo. É um absurdo fazer isso na cidade de São Paulo. Não justifica, em uma cidade como a nossa. Nós não somos contra a educação à distância.

Ela é importante como algo complementar, como está na LDB, onde o estado não consegue chegar. Nas regiões distantes, longínquas, daí sim, você tem, quando há de fato essa dificuldade. Não é o caso da cidade de São Paulo, que tem capilaridade das escolas. A rede municipal de São Paulo está em toda a cidade.

Em todos os lugares, em todos os bairros, nós temos escolas da Prefeitura de São Paulo, que podem ofertar presencialmente. E é bom que seja presencialmente, porque o ensino fundamental é presencial, Sr. Presidente. Está na LDB. Então eles querem economizar recursos da Educação, e fazer o que o Estado está fazendo aqui, trazendo essas plataformas digitais para a Prefeitura de São Paulo.

Isso é um atentado à educação municipal que nós não vamos aceitar, Sr. Presidente. Eles estão escondendo o projeto. Está sendo debatido isso no sigilo, na clandestinidade, como aconteceu com o processo de municipalização de 50 escolas da rede municipal.

Não houve debate, não houve anúncio. O governo implantou, de forma autoritária, a municipalização na cidade de São Paulo. Sem debate com a rede, nem com os professores, nem com a comunidade escolar.

Mas nós denunciamos antes que acontecesse. Nós tivemos também acesso a documentos, como estamos tendo acesso agora a esse documento, plataforma EJA digital. Querem sabotar de vez o ensino presencial na área de Educação de Jovens e Adultos na cidade de São Paulo.

Sr. Presidente, nós vamos reagir à altura, não vamos permitir. De forma envergonhada, de forma clandestina, para apresentar o projeto a qualquer momento para pegar os alunos e os professores desprevenidos, de tal forma que eles não tenham

tempo de reação, mas vamos reagir antes que isso aconteça, porque temos aqui o documento.

Tem os valores, tem a metodologia, tem os números. Está aqui o documento que vazou. Não adianta. Vamos reagir acionando a Defensoria de novo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Município, porque isso é um atentado ao direito à Educação de Jovens e Adultos.

Está lá na Constituição Federal, na LDB, no Plano Nacional de Educação. É uma sabotagem da Prefeitura de São Paulo à Educação de Jovens e Adultos, à educação presencial, que é fundamental, sobretudo nessa área de Educação de Jovens e Adultos.

Olha, temos um milhão e 800 mil pessoas que não terminaram ainda o ensino fundamental, que não concluíram o ensino fundamental nessa faixa etária acima de 20 anos.

O governo municipal, ao invés de abrir salas, de facilitar a abertura de salas em toda a cidade de São Paulo, vai na contramão, sabotando, impedindo, dificultando a abertura dessas salas, fechando salas em toda a prefeitura, em todas as escolas, em quase todas elas, e agora vem com essa saída de plataforma digital.

Isso é uma vergonha, Sr. Presidente.

Reagiremos à altura.

- Assume a Presidência o Sr. Eduardo Suplicy.

Para concluir, Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Tribunal de Justiça. Eu já tive uma audiência com o atual presidente do TJ debatendo vários assuntos, levando a pauta dos servidores do Judiciário, do reajuste, da transformação do cargo de escrevente em cargo universitário, de nível superior, como nós fizemos com os oficiais de Justiça, entre outros temas importantes. Mas tratei também, perguntei da questão do concurso.

O presidente do TJ disse que vai chamar os aprovados no concurso, mas que reforçar que esse é um tema importante, que nós sempre lutamos pela realização de concursos públicos de provas e títulos em todas as áreas, em todos os poderes e instituições públicas do nosso estado, e que haja a chamada desses aprovados.

Houve um concurso em 2021, um concurso importante de escrevente técnico judiciário. Até agora foram nomeados ainda poucos aprovados: apenas 31% de nomeações.

Tem ainda 3.704 pessoas que foram aprovadas nesse concurso, sendo que nós temos, só na região administrativa judiciária, nas regiões, na verdade, do interior, 1.535 vagas ou cargos para serem preenchidos pelos aprovados nesse concurso de 2021, que se encerra neste ano. É o último ano de validade do concurso.

É muito importante que o TJ faça a chamada e é muito importante que nós possamos aqui, na LDO, aumentar os recursos para o Tribunal de Justiça realizar novos concursos para os cargos estratégicos de servidores do Judiciário e sobretudo para chamar esses servidores que foram aprovados.

São muitas vagas, há um déficit enorme de servidores no TJ. Faltam servidores praticamente em várias regiões do estado, nas comarcas, o que sobrecarrega os servidores que estão hoje trabalhando.

Então, tem que chamar os aprovados, tem que abrir novos concursos e o governo estadual tem que aumentar o orçamento do Tribunal de Justiça com verba carimbada para a chamada desses aprovados e também para a valorização salarial e funcional de todos os servidores do Tribunal de Justiça, sobretudo para implantação do nível universitário para o cargo de escrevente.

Então, chamada já de todos os aprovados nesse concurso de 2021, de escrevente técnico judiciário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Bem, deputado Carlos Giannazi, seu empenho é sempre estar vendo como está a qualidade da Educação em nosso estado.

Tem a palavra agora o deputado Valdomiro Lopes, pelo tempo regimental. (Pausa.) Pronto. Por cessão de tempo do Major Mecca, tem a palavra o deputado Paulo Mansur, pelo tempo regimental.

O SR. PAULO MANSUR - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar você, presidente. Cumprimentar nosso líder bolsanarista aqui na Assembleia Legislativa, deputado Gil Diniz, porque venho aprendendo com ele a cada dia sobre a política aqui, eu estou no meu primeiro mandato e ele já está na reeleição, já tem uma experiência muito grande. Ele tem nos ensinado bastante.

Inclusive, ele me mandou uma mensagem ontem falando que um deputado estadual do Rio Grande do Norte viu na revista “Oeste” um projeto meu relacionado aos invasores de terra no nosso estado de São Paulo.

Hoje eu recebi, deputado Gil Diniz, uma moção de aplausos de um vereador lá de Jundiá por esse projeto também que visa... As pessoas que invadirem terra dentro do nosso estado de São Paulo, que elas tenham sanções: não possam participar em concursos públicos, não possam receber benefícios do estado, não possam participar de licitações.

Então, as pessoas ficam atrás de um movimento, de uma bandeira e o CPF delas desaparece quando elas invadem as terras no estado de São Paulo. Mas passando esse projeto de lei, que eu protocolei aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - e agradeço ao apoio, Gil Diniz -, isso vai se tornar realidade.

A gente vai conseguir pegar essas pessoas pelo CPF delas e elas vão ter sanções dentro do nosso estado de São Paulo, não podendo participar de uma série de coisas públicas no nosso Estado, inclusive não receber benefícios.

A gente sabe que hoje todo mundo tem CPF, todo mundo tem conta bancária para receber os seus benefícios e com esse banco de dados dos invasores de terra dentro do nosso estado de São Paulo, a gente vai mudar essa situação dentro do Estado.

Também falar que eu fiz uma nota de repúdio para um post do MST que ocorreu há poucos dias atrás, onde “bandido bom, é bandido morto”, foi isso que eles colocaram apontando para a cruz de Jesus Cristo.

Meu Deus do céu, onde vamos parar? Um movimento criminoso no nosso País, que se diz um movimento produtor de terra, se diz um movimento que pega terras que não estão sendo trabalhadas para elas serem produtivas.

O nosso líder Jair Messias Bolsonaro, quando esteve na presidência, fez a reforma agrária no nosso País. Entregou mais de 450 mil títulos de terra para as mulheres, para as mães, ele deixava bem claro isso. Esses títulos de terra foram dados para aquelas pessoas começarem a produzir.

Não teve, se teve foram cinco ou seis invasões em quatro anos de terra, dentro do nosso Brasil quando o presidente Bolsonaro estava no poder. No governo Lula, foram mais de duas mil invasões. Parece que no governo, quando a esquerda está, é um incentivo à invasão de terra.

Agora, no mês de abril, eles falam do mês vermelho. Eles falam que o mês da invasão é e ameaçam que vão invadir terras no mês de abril. Ou seja, é uma ameaça, Gil Diniz.

Eles colocam que vão invadir terra, então vamos prendê-los antes dessa invasão de terra? Porque isso é criminoso, ninguém pode invadir uma terra privada, ninguém pode tomar algo da outra pessoa.

Então, nós temos esses casos dentro do estado de São Paulo. Fico feliz em poder fazer esse projeto de lei para ajudar o agronegócio. A gente teve aqui o Frederico d’Ávila, que esteve no nosso Parlamento agora há pouco, deputado estadual, que sempre foi uma pessoa atuante dentro do Agronegócio.

A gente tem uma relação muito próxima. Até me ajudou muito quando eu fui candidato a deputado estadual também aqui no estado de São Paulo. Nosso querido Frederico d’Ávila, eterno deputado estadual e do Agronegócio.

Então, eu encerro a minha fala aqui falando a todos vocês do nosso Estado que a gente vai continuar atuante aqui dentro da Assembleia Legislativa, para combater esses invasores de terra e essas bandeiras de invasão dentro do nosso estado de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Obrigado, deputado Paulo Mansur. Agora, deputado Rômulo Fernandez. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.)

Agora, por sessão da Delegada Graciela, tem a palavra o deputado Gil Diniz, pelo tempo regimental.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, nobre deputado e sempre senador Eduardo Suplicy. Agradecer também as palavras do meu amigo de bancada, Paulo Mansur.

Mansur relatou aqui que o Coronel Azevedo, deputado estadual do Rio Grande do Norte, também solicitou a cópia do teu projeto, para adaptar à realidade do Rio Grande do Norte, e protocolar ali em eu estado, mas outros projetos do Mansur têm repercutido também, no caso, deputado Suplicy, o “tornozelamento”, da tornozeleira eletrônica nos casos de estupro, também tem repercutido positivamente no estado de São Paulo e por todo o País.

Então, meus parabéns aqui a meu amigo de bancada, deputado Paulo Mansur. Esteve conosco agora em Catanduva, ao lado do deputado federal Eduardo Bolsonaro, entregando ali o título de cidadão catandunense ao deputado Eduardo Bolsonaro, e, no que precisar, sempre à disposição. É uma honra ombrear a bancada do PL aqui ao teu lado.

Vossa Excelência disse também sobre a questão do MST, do Abril Vermelho. Eu lembro que foi dito agora há pouco da tribuna, o deputado Simão Pedro repudiando o governador Tarcísio com a mudança de nome de um assentamento. É como eu disse: a crítica é à presença, a crítica é à ausência, a crítica é se era, se eles acham que erra, se ele acerta.

Porque eu não consigo entender. O assentamento tinha o nome de Che Guevara, Ernesto Che Guevara. Como ele disse aqui, um revolucionário cubano, argentino, que liderou também a revolução em Cuba. Um assassino confesso. Ele confessou seus crimes, que para ele não era crime, obviamente, na ONU. “Matamos e vamos continuar matando, em nome da Revolução”, dizia ele.

Homofóbico, racista, um criminoso internacional que é louvado por esses grupos. Ele é tão louvado que no estado de São Paulo ele tinha o nome desse assentamento, e o governador vem e propõe: “Olha, vamos mudar esse nome, vamos colocar o nome de Irmã Dulce, Santa Dulce dos Pobres”.

Para quem não conhece, ela é uma religiosa católica, que - deputado Mansur - viveu pelos pobres, consumiu sua vida limpando, sarando as feridas dos mais pobres da nossa sociedade.

Irmã Dulce, como eu disse, uma religiosa católica, uma santa da Igreja Católica Apostólica Romana, uma mulher que é reconhecida, deputado Suplicy, não só na Bahia, mas no Brasil e no mundo. O governador tinha que ser elogiado por isso; uma mulher sendo homenageada no estado de São Paulo, e a crítica ao governador por mudar o nome.

“Olhe, tiraram o Che Guevara”, o Che Guevara que matava gay, negro, opositor, talvez o que estes gostassem que acontecesse com a oposição aqui no País. Já estão louvando velhinha de 70 anos presa e condenada a 17, 18 anos por Alexandre de Moraes e sua turma.

Não duvido, não ficaria surpreso se estes louvassem também execuções, porque a execução moral já está sendo feita, porque uma pena de 17 anos a uma senhora de 70 anos já é uma pena de morte, no mínimo prisão perpétua.

Então deixar nossos parabéns aqui ao governador de São Paulo, governador Tarcísio, ao secretário de Agricultura Guilherme Piai, por no estado de São Paulo, ainda que no assentamento lá no Pontal, reconheceram minimamente o valor de Irmã Dulce e a homenagearam, sob aqui a crítica, a oposição daqueles que só sabem se opor.

Aí eu fico me perguntando: é só pela causa? É um preconceito religioso? É porque é uma mulher que foi homenageada? É o quê? Onde que a gente tipifica aqui? No machismo, no preconceito religioso? Onde é?

O deputado Mansur falou aqui também, agora, na Sexta-Feira Santa. Mansur, para os católicos no Brasil e no mundo, a Sexta-Feira Maior, onde nós relembramos ali o sacrifício de Cristo, a sua paixão, morte e ressurreição. Nós esperamos o ano inteiro para celebrar esse mistério e lá vem o MTST, o movimento sócio imobiliário de Guilherme Boulos, porque eles trabalham com especulação imobiliária.

Eles invadem ali propriedade privada no centro de São Paulo, pela cidade de São Paulo, fazem ali a sua especulação imobiliária dizendo que estão defendendo os pobres. Quem defendia os pobres era a Irmã Dulce, criticada agora na carona das críticas do Partido dos Trabalhadores.

O movimento MTST vem em suas redes sociais, digo, movimento umbilicalmente ligado a Guilherme Boulos, e posta a imagem do Cristo crucificado com um soldado romano afirmando: “Bandido bom é bandido morto”. Obviamente, iria ter uma reação da sociedade.

Obviamente, iria ter uma reação dos católicos no estado de São Paulo, e nem precisa ser católico para repudiar aquilo. Só senti falta, deputado Suplicy, do repúdio da hierarquia eclesíástica, porque quando o deputado Frederico d’Ávila criticou os líderes católicos - e eu sou católico - veio bispo aqui, pediram a cassação do deputado. Fizeram o que acreditaram que poderia ser feito.

O deputado Frederico d’Ávila não foi cassado, diga-se de passagem, mas foi ao Vaticano, deputado Paulo Mansur. Foi pessoalmente pedir perdão ao Papa Francisco, mas muitos não sabem disso e o Papa Francisco o perdoou. Deu uma benção ao deputado Frederico d’Ávila, e disse que não só ele perdoava, mas Deus tudo perdoa.

Mas voltemos ao invasor de propriedade privada, Guilherme Boulos, e seu movimento socioimobiliário na cidade de São Paulo. Escarneceram dos cristãos na Sexta-Feira Santa, na Sexta-Feira maior. Colocaram ali na boca do centurião romano, naquela imagem ridícula que eles postaram, “bandido bom é bandido morto”.

Fraudaram, deputado Paulo Mansur, a própria escritura, a escritura sagrada. O nosso livro de fé diz o seguinte, que após a crucificação de Nosso Senhor, um romano, soldado romano, disse: “Esse verdadeiramente é o filho de Deus”. Até nisso, mas aí não tem fake news. Ai tem ironia. Nossa, foi uma ironia.

Eles queriam dizer ali que nós crucificaríamos o Cristo, se fosse hoje, obviamente, a passagem dele por essa Terra. Mas não, eles que são cristofóbicos, eles que odeiam os cristãos, eles que odeiam judeus, eles que são aliados dos nossos inimigos, Guilherme Boulos, que sempre esteve ali, o deputado Suplicy conhece, no Al Jannah com os admiradores do Hamas, aqueles que estupraram mulheres em Israel, aqueles que mataram crianças, aqueles que, sim, cometeram e poderiam cometer um genocídio ainda maior contra os judeus.

Só troque judeu por cristão que você vai ver acontecer. Esses jamais vão pedir desculpas, esses jamais vão pedir perdão. Mas espero que o povo da cidade de São Paulo não coloque à frente o Executivo municipal uma pessoa que odeia Cristo, que odeia os seguidores de Cristo aqui na cidade que nasceu sob o símbolo da cruz, que nasceu no Pátio do Colégio, em uma missa católica que teve São José de Anchieta, Manoel da Nóbrega e outros milhares de missionários que fizeram este

Estado, que fizeram este País que eles tripudiam, que eles humilham, na nossa Sexta-Feira Maior, presidente.

Uma feliz Páscoa a todos. A Igreja diz que estamos na oitava de Páscoa, passado o domingo da ressurreição, são oito dias em que celebramos a Páscoa de Nosso Senhor Jesus Cristo. Deixo aqui o meu feliz Páscoa a todos aqueles que amam, que louvam, que adoram Nosso Senhor Jesus Cristo, aqueles que são testemunhas da sua ressurreição.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Pois não. É regimental a sua solicitação.

O SR. PAULO MANSUR - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Só para não deixar passar este momento em que a gente está vendo as notícias do nosso Brasil, que saiu na imprensa que o filho do Lula, a mulher dele fez um boletim de ocorrência, isso é gravíssimo, contra o filho do Lula, falando que ele deu um soco no estômago dela, Gil Diniz, e a ameaçou e a ameaça por muito e muito tempo, e ela resolveu fazer um boletim de ocorrência contra o marido. Isso é gravíssimo, ela tem filhos com o filho do Lula.

Também saiu uma notícia agora que a gente precisa também pautar, porque a gente tem a TV Alesp agora, que é transmitida para muitas pessoas, que o neto do Lula veio para a rede social falando que quem vai provar que o meu avô não desviou dinheiro, não cometeu crime.

Mas se ele foi preso, se a Justiça o condenou, como que ele não cometeu crime? Relembrando o mensalão, pagamento para os deputados que houve no nosso Brasil, o maior escândalo, desviados mais de 900 bilhões de reais da Petrobras.

Teve um diretor da Petrobras que devolveu duzentos milhões de reais para os cofres públicos. Diversas empresas dentro do nosso Brasil devolvendo dinheiro.

Ou seja, não houve um esquema de corrupção, e quem liderava este País na época era o presidente Lula. Então o neto dele precisa explicar isso, porque, quando a gente lidera um país, a gente tem responsabilidade, sim, nas empresas que estão participando dessas licitações.

Quantos bilhões de reais foram enviados para fora para países comunistas em empréstimos e colocado para nós como charuto, Gil Diniz? Então, fica aqui esse meu repúdio ao que aconteceu nas notícias do nosso Brasil hoje e ontem.

O SR. GIL DINIZ - PL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Pela ordem.

O SR. GIL DINIZ - PL - Antes de pedir o levantamento dos trabalhos, uma breve comunicação. Um minuto.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Está bem.

O SR. GIL DINIZ - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, só corroborando com o deputado Paulo Mansur: é só mostrar, deputado Paulo Mansur, para o neto de Luiz Inácio, o “descondenado”, o holerite dos carteiros. Os carteiros antigos na empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em que eu fui funcionário.

Mostre os descontos no contracheque, no salário dessas pessoas humildes. Dinheiro desviado do fundo de pensão dos carteiros. Eles pagam até hoje. Está sendo descontado até hoje desses trabalhadores humildes o que foi desviado do seu fundo de pensão - para quem não sabe, em casa -, da aposentadoria dos carteiros.

Petrolão, mensalão. Em São Paulo, eles não lembram mais o trensalião, porque era dos tucanos. Era de Geraldo Alckmin e hoje Geraldo Alckmin é vice de Luiz Inácio, então a esquerda se esquece de falar do trensalião, desvio de merenda e tudo o mais.

Mas para provar ao neto de Luiz Inácio é só mostrar ali o contracheque dos carteiros, porque se não houve corrupção, se não houve desvio de dinheiro, não houve a liderança nesse sistema de corrupção, deveriam devolver o soldo do coitado do pobre carteiro que está, nesta hora, na periferia entregando cartas na cidade, no Estado e no País.

Obrigado, presidente.

O SR. GIL DINIZ - PL - Se houver acordo aqui entre os líderes, levantar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Sempre recomendando aos deputados que tomem cuidado com as chamadas notícias falsas, ou seja, as fake news. Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 57 minutos.

4 DE ABRIL DE 2024 38ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: EDUARDO SUPLICY, CARLOS GIANNAZI e CONTE LOPES

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - EDUARDO SUPLICY
Assume a Presidência e abre a sessão às 14h07min.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY
Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.
4 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
5 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - EDUARDO SUPLICY
Assume a Presidência.
8 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
11 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
12 - CONTE LOPES
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
13 - DONATO
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
14 - CONTE LOPES
Assume a Presidência.
15 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
16 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
17 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
18 - PRESIDENTE CONTE LOPES
Defero o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 05/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão às 15h32min.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Eduardo Suplicy.

- Passa-se ao